



# a Voz do Operário

INFORMAÇÃO **140** ANOS  
com CLASSE

Fundado em 11 de outubro de 1879 pelos operários manipuladores do tabaco  
ANO 140 NÚMERO 3065 MENSÁRIO PREÇO €0,50 PORTE PAGO CABO RUIVO - TAXA PAGA  
ABRIL 2019 DIRETOR DOMINGOS LOBO JORNAL REGIONAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA



ENTREVISTA

## Ana Pato e Baptista Alves

No mês que deu nome à revolução, a dirigente da União dos Resistentes Antifascistas Portugueses e o presidente da Associação Conquistas da Revolução falam da importância de Abril no presente e no futuro e dos crescentes perigos do recrudescimento das ideias fascistas no mundo. **págs. 8 e 9**



SOCIEDADE

## Abril, a revolução do futuro

Há 45 anos, a Grândola, Vila Morena foi o sinal para a insurreição militar que, em aliança com o povo, semeou durante 500 dias o projeto de uma sociedade democrática, de paz e sem injustiças sociais. O Movimento

das Forças Armadas, em aliança com os trabalhadores, derrubou a mais longa ditadura da Europa. A explosão popular que se seguiu abriu caminho à transformação do país e à conquista de avanços e direitos. **págs. 6 e 7**

## A VOZ DO OPERÁRIO Espaço Educativo da Graça

Com o prestígio próprio de um percurso ininterrupto nesta zona de Lisboa, os valores democráticos d'A Voz do Operário marcam a diferença para muitas gerações de alunos há 128 anos. **pág. 5**



## Utentes dos transportes celebram vitória

Asseguram que não é uma dádiva. Lutaram durante décadas pelo alargamento geográfico dos passes sociais, abrangendo todos os transportes públicos, com redução de tarifas e conseguiram que o governo cedesse aquilo que o PS nunca quis dar. É uma verdadeira revolução que para ser completa necessita alargar a oferta. **pág. 11**



## Socialização dos prejuízos serve a banca

Há 44 anos, a nacionalização dos bancos portugueses marcou uma viragem no setor financeiro colocando-o ao serviço do interesse público. Hoje, sucedem-se as notícias de absorção de recursos dos contribuintes que deixam de ser investidos na qualidade de vida dos portugueses para alimentar os prejuízos da banca privada. **pág. 12**



## Doutrina Monroe, entre o bastão e a fala mansa

Referindo-se aos esforços da administração Trump para derrubar os governos da Venezuela, da Nicarágua e de Cuba, que apelidou de "Troika da Tirania", o conselheiro John Bolton explicou que estes países estão no mesmo hemisfério. Já no ano passado, o ex-secretário de Estado, Rex Tillerson, havia lembrado que "a Doutrina Monroe" permanece atual. **pág. 14**



# 45 Anos do 25 de Abril

**Manuel Figueiredo,**  
Presidente da Direção

Celebramos este mês o 45.º aniversário do 25 de Abril. Foi há 45 anos que a revolução dos cravos, heróico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA) logo seguido de um imenso envolvimento popular, derrubou a ditadura fascista, restituiu ao povo português a democracia e a liberdade e apontou os caminhos do progresso e do desenvolvimento.

A comemoração do 25 de Abril não é apenas a evocação de uma data que prezamos e o lembrar daqueles que a sonharam e concretizaram, mesmo com o sacrifício da própria vida, é igualmente a necessidade de transmitir a sua importância a todos os que por serem na altura muito jovens, ou nem sequer ainda terem nascido, não a viveram mas dela desfrutaram, em liberdade e pleno uso dos seus direitos, mostrando-lhes que a defesa do 25 de Abril é indissociável da luta por uma vida melhor numa sociedade mais justa.

Importa não esquecer que a Revolução do 25 de Abril culminou uma prolongada e heróica luta, pondo termo a 48 anos de fascismo e proporcionando o fim de treze anos de guerras coloniais contra povos que também lutavam pela sua liberdade e independência, deixando incontáveis sofrimentos e vítimas entre os povos africanos e sacrificando gerações de jovens portugueses.

O fascismo representou um tempo de obscurantismo, opressão, esmagamento da liberdade, limitação dos direitos fundamentais, marginalização dos trabalhadores e do povo da vida política, subordinação do País e do povo aos interesses de uma minoria de grandes monopolistas e latifundiários, aliados do grande capital e do imperialismo.

Por isso, a sua comemoração é ao mesmo tempo uma jornada de festa mas também de luta. Festa pelo que a revolução representou de muito positivo ao por fim a 48 anos de fascismo e à conquista da liberdade e pelas profundas conquistas alcançadas pelo nosso povo, que perspetivaram os caminhos do desenvolvimento do país e da construção de uma sociedade livre, justa e democrática. Mas é também de luta porque muitas das aspirações dos trabalhadores e do povo acabaram por ser defraudadas, por várias décadas de política de direita, numa governação posta ao

serviço de interesses restritos, designadamente dos que haviam sido destituídos com a revolução, eliminando muitas das conquistas alcançadas, repondo fortemente as desigualdades sociais.

A derrota do anterior governo, só possível pela corajosa e persistente luta dos trabalhadores e do povo português que criou as condições para alterar a correlação de forças na Assembleia da República, possibilitou a adoção de medidas não só de reposição de direitos liquidados como de novos avanços e conquistas, deu resposta a problemas urgentes dos trabalhadores e do povo. Todavia estas medidas estão muito aquém daquilo que seria necessário e possível, porque o atual governo não rompeu com os interesses do grande capital e a submissão às imposições da União Europeia.

Comemoramos Abril lutando por uma política baseada na subordinação do poder económico ao poder político democrático, assente na propriedade social dos sectores básicos e estratégicos da economia, com o Estado a ter o papel essencial na dinamização do desenvolvimento económico, com investimento público que defenda e promova a produção nacional, por uma política baseada na garantia efetiva dos direitos dos trabalhadores, no direito ao trabalho e à sua justa remuneração, em dignas condições de vida, com a valorização dos serviços públicos e das funções sociais do Estado, particularmente na Educação e na Saúde e uma Segurança Social pública e universal, por uma política de paz e amizade entre todos os povos e nações, contra as agressões do imperialismo, contra o obscurantismo e o populismo e os seus objetivos antidemocráticos.

Os Valores de Abril não só continuam a refletir os interesses dos trabalhadores e do povo, como apontam o caminho da luta na construção de um futuro de desenvolvimento e progresso para o País.

\*\*\*

Entretanto, no recente jantar de comemoração do 136.º aniversário da nossa Instituição, o Presidente da República anunciou que, por ocasião da celebração dos 45 anos do 25 de Abril, A Voz do Operário será agraciada como membro honorário da Ordem da Liberdade.

Esta condecoração constitui uma grande honra para a Voz do Operário, sendo totalmente merecida pelo papel de luta e defesa da liberdade ao longo da sua história.

## EDITORIAL

# Os direitos conquistam-se

Quando passam 45 anos daquele dia “inicial, inteiro e limpo”, como lhe chamou Sophia de Mello Breyner, a revolução que estremeceu Portugal durante dois anos continua a servir de farol para quem defende o progresso, a paz e a justiça social. Em tempos de mar revolto, importa recordar as mulheres e os homens que ousaram derrubar a mais longa ditadura da Europa e construir um projeto de sociedade que representa cada mais o futuro quando o que vivemos hoje enuncia cada vez mais o passado. As evidências estão à vista. O fascismo volta a ser a arma de recurso do capitalismo quando se agudizam as contradições sociais. Pelo mundo, a ameaça da guerra e da extrema-direita cresce sem que aqueles que sempre se quiseram apresentar como defensores da democracia representem uma oposição séria ao avanço da barbárie. Aquilo a que chamam populismo é, na verdade, a antecâmara do fascismo. Importa olhar para a revolução de Abril como mais do que um exercício de memória. Defender a democracia é exercer os direitos conquistados, defender a democracia é lutar pela democracia política, económica, social e cultural, defender a democracia é fazer desta uma barreira contra o fascismo.

Um desses exemplos é, sem dúvida, é a redução significativa das tarifas nos passes municipal e intermunicipal nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto com o conseqüente aumento da mobilidade da população e do rendimento disponível ao fim do mês. Por muito que o governo insista que esta é uma medida sua, a verdade é que ela só acontece porque o PS governa em minoria condicionado pela esquerda. Durante anos, as comissões de utentes de transportes lutaram por este direito e esbarraram sempre na indiferença de PS, PSD e CDS-PP. É a evidência de que os direitos não se mendigam. Conquistam-se.

A *Voz do Operário* orgulha-se de fazer parte dessa história. Há 45 anos, esta publicação deixava de ver artigos seus cortados de alto a baixo com o lápis azul da censura prévia. Hoje, reafirmamos que a nossa linha editorial não está subordinada a nenhum grupo económico ou financeiro e que precisamos de mais e melhor jornalismo subordinado aos interesses dos trabalhadores e do povo.

## a Voz do Operário

**PROPRIEDADE E EDIÇÃO** SIB A Voz do Operário  
Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa  
Telefone: 218 862 155. E-mail: [jornal@vozoperario.pt](mailto:jornal@vozoperario.pt)  
**DIRETOR** Domingos Lobo  
**DESIGN E PAGINAÇÃO** Ana Ambrósio, Diogo Jorge  
**FOTOGRAFIA** Nuno Agostinho  
**COLABORADORES** André Levy, Bruno Carvalho, Carlos Moura, Domingos Lobo, Eugénio Rosa, Luís Caixeiro, Manuel Figueiredo, Maurício Miguel, Rego Mendes, Rita Morais  
**REDAÇÃO** Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa  
**IMPRESSÃO** Empresa Gráfica Funchalense, SA  
Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição,  
n.º 50 – Morelena, 2715 – 029 Pêro Pinheiro  
**N.º DE REGISTO NA ERC** 107759  
**DEPÓSITO LEGAL** 6394/84  
**PERIODICIDADE** Mensal  
**TIRAGEM** 3.500 exemplares  
**ESTATUTO EDITORIAL** [www.vozoperario.pt](http://www.vozoperario.pt)



Membro da  
Associação da  
Imprensa  
Não-Diária



Associação  
Portuguesa  
da Imprensa  
Regional





## VOZ DO OPERÁRIO

# Jantar de aniversário com grande participação



Carlos Alberto Vidal foi o homenageado como Sócio Honorário d'A Voz do Operário

Realizou-se no dia 23 de março, no salão de festas d'A Voz do Operário, a sessão solene do seu 136.º aniversário. Estiveram presentes cerca de três centenas de amigos, sócios e trabalhadores da instituição, numa noite que contou com as atuações da Tuna Universitária de Lisboa e dos gaiteiros da Associação Portuguesa de Gaita de Foles.

A sessão solene, onde foi homenageado o Sócio Honorário 2019, Carlos Alberto Vidal, decorreu com a intervenção de Libério Domingues, presidente da Mesa da Assembleia Geral, Manuel Figueiredo, Presidente da Direção, e do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.

Libério Domingues, que começou por agradecer a presença dos representantes das várias coletividades, associações e partidos políticos, ressaltou o caráter associativo popular d'A Voz do Operário, e as dificuldades de essa ser uma realidade nem sempre percebida. Lembrou os obstáculos que os vários dirigentes enfrentaram ao longo destes 136 anos, dificuldades essas que ainda hoje se verificam, "quando continuamos a ter uma legislação desadequada e que necessita urgentemente de apreciação e aprovação na Assembleia da República", referiu, sem, no entanto, deixar de reafirmar a força da massa associativa.

Manuel Figueiredo, Presidente da Direção, começou por recordar os tempos difíceis vividos no último quartel do séc XIX para a classe trabalhadora, contra os quais se organizaram tantos operários, dando origem à A Voz do Operário. O Presidente explicou ainda

que este ano a direção decidiu atribuir a homenagem de Sócio Honorário a Carlos Alberto Vidal, "excelente músico, cantor e compositor, grande amigo d'A Voz do Operário, em reconhecimento de uma vida dedicada à música, tanto enquanto compositor, como cantor". Manuel Figueiredo lembrou a grande ligação do músico à A Voz do Operário, não só pela participação em diversos espetáculos, como através da composição de muitas das cantigas que a Marcha Infantil entoou ao longo de três décadas de desfiles.

Por sua vez, o homenageado, Carlos Alberto Vidal, lembrou as muitas vezes que teve o prazer de descer a Avenida da Liberdade com a Marcha Infantil d'A Voz do Operário, da qual já foi padrinho, e afirmou que os momentos que viveu com a instituição foram inesquecíveis, agradecendo este reconhecimento.

A sessão solene foi encerrada com o discurso do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, que reconheceu o papel social d'A Voz do Operário, enaltecendo a defesa dos oprimidos, contra a exploração, em particular contra a ditadura. Referiu ainda o reconhecimento que a instituição teve quanto ao potencial transformador das sociedades através da educação e da cultura, na luta pela liberdade, ao lutar pela libertação dos operários, das classes trabalhadoras e dos cidadãos portugueses. Assim, anunciou a atribuição da Ordem da Liberdade aquando a celebração dos 45 anos do 25 de abril, condecoração esta que se irá juntar à Ordem do Mérito e à Ordem de Instrução Pública, com as quais A Voz do Operário foi já reconhecida.

## DEBATE

a Voz do Operário  
INFORMAÇÃO com CLASSE 140 ANOS

Debate:  
**INDEPENDÊNCIA AO SERVIÇO DE QUEM?**

Este ano, celebram-se os 140 anos do mais antigo jornal operário do país. Em Abril, mês da revolução, o aniversário d'A Voz do Operário vai ser mote para debater a imprensa alternativa num contexto mediático adverso. Num universo cada vez mais concentrado, menos diverso e plural, condicionado por interesses económicos e financeiros, a defesa de uma imprensa democrática é um combate cada vez mais urgente.

ENTRADA LIVRE 17 ABRIL 18h30 CASA DA IMPRENSA LISBOA  
Rua da Horta Seca, 20 1200-221 Lisboa

## Debate sobre a imprensa hoje

Este ano, celebram-se os 140 anos do mais antigo jornal operário do país. Em abril, mês da revolução, o aniversário d'A Voz do Operário vai ser mote para debater a imprensa alternativa num contexto mediático adverso. Num universo cada vez mais concentrado, menos diverso e plural, condicionado por interesses económicos e financeiros, a defesa de uma imprensa democrática é um combate cada vez mais urgente.

O debate realiza-se no dia 17 de abril, às 18h30, na Casa da Imprensa em Lisboa.

PUBLICIDADE

**Antiga Agência Funerária Domingos & Diniz**  
Gerência de João Natividade

**Descontos de 15% para sócios de A Voz do Operário**

Rua de Sta. Marinha, n.º4, 1100-491 Lisboa  
Rua de S. Vicente, n.º34, 1100-574 Lisboa  
T. 218 861 649 E. 218 875 213 TM. 919 311 363



## ESCOLAS

# Do recreio, o mundo maior da escola

Ivo Serra

Diretor Pedagógico - Restelo e Ajuda

Não é preciso ser-se mágico ou adivinho para apostar que a maioria dos adultos que venha a ler estas palavras encontrou no recreio da sua escola o mais amplo espaço que a vida tinha para oferecer. Ao ler “amplo”, importará não nos apegarmos demasiado ao que a dimensão geográfica do termo nos possa dizer. Por amplo, entenda-se holístico, agregador de todos os saberes, potenciador de um crescimento abrangente e inerentemente adaptativo, criador de todas as aprendizagens e dialético. Sempre dialético. Porque se descobre e é descoberto, porque se experimenta e é experimentado, porque se inventa enquanto se é inventado.

Toda a investigação científica que possamos pesquisar, aponta inequivocamente para o recreio enquanto espaço primordial de aprendizagem. Em Portugal, há mais de 20 anos que o Ministério da Educação aponta o recreio enquanto um contexto que deve “merecer a mesma atenção do educador que o espaço interior [...] onde poderão ocorrer momentos educativos intencionais, sendo inquestionavelmente um local privilegiado de actividades informais onde as crianças têm a possibilidade de explorar e recriar o espaço e os materiais disponíveis”.

De acordo com vários autores, a exploração aqui referida desempenha um papel absolutamente fundamental no desenvolvimento motor, social, emocional, cognitivo, estético, criativo e na saúde das crianças. Porque quando temos mais espaço, temos consequentemente maior necessidade de nos mexer; porque as relações acontecem numa elevada intensidade, num curto espaço de tempo; porque a multiplicidade de experiências invocam sentimentos e emoções que requerem o necessário ajuste; porque a apreciação e interacção com o meio marca o olhar estético sobre o mundo onde nos movemos; porque a necessidade de desenvolver respostas rápidas apela ao improvisado; porque estar na rua, por si só, permite um contacto com o meio, inerentemente adaptativo.

Por ser um espaço em que o papel do adulto deve implicar uma regulação mais distanciada, as crianças vêem-se desafiadas a enfrentar obstáculos com os quais jamais se confrontariam em contexto de sala. No recreio, a grande maioria das crianças sente-se livre, por ser mais fácil fazer o que quer e por não se ver integrada numa lógica que, mesmo que negociada, é em si carregada de filtros, importantes na maioria dos casos, mas limitadores de uma exploração maximizada do mundo.

Culturalmente, habituámo-nos a olhar para o recreio como um momento de pausa do trabalho. É efectivamente um momento em que nós, adultos, podemos parar para recuperar parte da energia gasta no trabalho desenvolvido. Será contudo importante recordar que, para as crianças que fomos, o nosso recreio era o momento de sermos verdadeiramente felizes e de fazermos o que dava realmente gozo e prazer.



O recreio escolar é apontado como um lugar privilegiado para a aprendizagem e desenvolvimento das crianças

Assim sendo, temos o dever de entender que, para as crianças, o recreio, na verdade, é tudo menos um momento de pausa. O recreio é, invariavelmente, um momento de continuidade de aprendizagem. Um momento onde é possível continuar a investir naquilo que se quer, que se sabe, que se gosta. Sabemos hoje que esta vivência tem inclusive um papel muito importante no sucesso académico dos alunos, merecendo, também por isso, uma reflexão cuidadosa da nossa parte.

O que temos então, enquanto adultos, a aprender *no* e *com* o recreio?

Para que o recreio possa ocupar um lugar de destaque na vida de uma comunidade educativa e para podermos tirar o maior proveito deste *mundo maior da escola*, existem alguns aspectos que deveremos cuidar, antes de implementarmos as mudanças, eventualmente necessárias.

Em primeiro lugar deveremos pensar qual o papel que o adulto deverá assumir no recreio. Como vimos, este papel pressupõe uma certa distância. Contudo, precisamente porque essa distância deve ser maior, maior deverá ser a atenção com que o adulto observa o que se passa ao seu redor. Mais do que garantir que as crianças não se magoam, a escola deve organizar-se para que os adultos presentes possam ter objectivos concretos face ao que irão observar. É um momento privilegiado de observação para o adulto, porque, como vimos, não há contexto onde possamos olhar para as crianças na sua forma mais espontânea e expressiva do que no recreio. Assim, ao invés de uma lógica de supervisão distante e desresponsa-

bilizante, o olhar deverá ser o de alguém cujo papel se iniciou antes mesmo das crianças ali chegarem.

Cabe aos adultos assumir a responsabilidade de pensar, com base nas crianças que conhecem e, necessariamente, na mais profunda articulação entre os diferentes profissionais, aquilo que deverá ser o recreio enquanto espaço pedagógico. Naturalmente, para que o paradigma se altere verdadeiramente, o contributo e envolvimento das crianças neste processo, é absolutamente imperioso. Desta forma, os diferentes membros da comunidade educativa poderão assumir diferentes papéis e responsabilidades perante um espaço que passa a ser verdadeiramente de todos. Porque também aqui a co-construção de cultura se dará, de forma profunda e transversal.

O recreio deverá ser assim uma extensão e continuidade do que se faz dentro de sala, ao mesmo tempo que é um contributo essencial para enriquecer o que lá já acontece. As fontes de informação, de recursos, de potenciais, de desafios passarão a ser ainda mais e maiores, permitindo assim ao adulto e ao grupo ainda mais instrumentos para crescer.

Por último, sabemos que um recreio desprovido de recursos materiais para toda a comunidade é um espaço potenciador de comportamentos agressivos entre crianças. Assim, caberá aos adultos, a todos os adultos com responsabilidades sobre as escolas, entender a importância de investir neste espaço, de forma a garantir que quem com os miúdos trabalha, estará em condições de, com eles, continuar a construir um mundo maior.



## ESPAÇO EDUCATIVO DA GRAÇA

# Participação e espírito crítico na Graça



No espaço educativo da Graça a oferta educativa vai do pré-escolar ao 2.º ciclo

A primeira escola d'A Voz do Operário surgiu em 1891 na Calçada de São Vicente. Em 1938, com a instituição já instalada no atual edifício, cerca de 4200 crianças, maioritariamente filhas de operários estudavam em escolas da instituição. "Ensinar a ler é acender lume; toda a sílaba soletrada lança faíscas", enunciavam as palavras do escritor francês Victor Hugo nas páginas deste jornal em 1908. As sementes lançadas pelos trabalhadores do tabaco são um projeto ímpar que continua vivo na maior das escolas d'A Voz do Operário, na Graça.

Daniela Silva, coordenadora da creche, explica que o espaço onde trabalha está dividido por cinco salas. São 74 crianças repartidas entre uma sala dos quatro aos 12 meses, duas salas dos 12 aos 24 meses e outras duas dos 12 aos 36. "Na creche, trabalhamos 13 adultos. Esforçamo-nos muito para ver as crianças como seres individuais, únicos e capazes. Apesar das idades, entendemos que só assim é que faz sentido. Nós trabalhamos com a aprendizagem significativa e trabalhamos segundo o interesse da criança", descreve. Refere também as aulas de expressões: expressão cultural, expressão musical e educação física com professores que dão aulas também neste espaço educativo aos 1.º e 2.º ciclos.

A coordenadora da creche diz que muitas vezes usam objetos que as crianças trazem de casa para trabalhar algum projeto ou temática que sejam do interesse do grupo. "Na atividade regular, o papel das famílias é essencial. Defendemos as famílias como parceiras diretas daquilo que fazemos". Muitas vezes, convidam-nas a estarem no período da manhã. Foi o que aconteceu recentemente na semana cultural. Trouxeram alguma atividade do contexto da família para partilhar com o grupo e saiu um registo coletivo que acabou exposto para todos estarem a par daquilo que aconteceu. Daniela Silva explica que agora se

está a investir num esforço de todos para construir uma biblioteca da creche com o contributo de todos através de uma lista "que será do usufruto da creche e de quem entender fazer uso deles".

Outro dos espaços que fazem a diferença n'A Voz do Operário é o pré-escolar, com 14 adultos, oito auxiliares e seis educadoras divididos por seis salas heterogéneas, cada uma com 25 crianças dos três aos seis anos. Ana Sousa, uma das coordenadoras, afirma que uma das suas ambições é que as crianças sejam no futuro sujeitos ativos "com espírito crítico, bons comunicadores, que tenham espírito de interajuda". Para Sofia Silva, também educadora, é fundamental privilegiar o momento de atividades e projetos. "Não estão todos os meninos a fazer a mesma coisa ao mesmo tempo e à mesma hora. Cada menino, cada pequeno grupo está a fazer a sua atividade ou o seu projeto e isto é um grande momento da nossa sala. Eles têm esta autonomia para escolher atividades porque a sala está organizada de maneira a que eles possam ser autónomos". Trabalham de acordo com os interesses e necessidades das crianças. Explica que durante os projetos, as crianças fazem perguntas e que o papel do educador "não é dar uma resposta mas encaminhar aquele grupo para descobrir a resposta". Podem perguntar ao primeiro ciclo, questionar os pais ou fazer uma entrevista a alguém especialista no assunto e desse trabalho resulta uma comunicação. Como na creche e nos restantes níveis de ensino, valorizam muito o contato com o exterior. Ana Sousa exemplifica: "Se alguém traz morangos e na reunião da manhã na nossa planificação decidimos fazer um bolo de morango, se na sala não houver ingredientes suficientes, nós temos autonomia para ir nessa manhã ao supermercado".

Já no 1.º ciclo são 178 alunos divididos em oito salas com oito professores titulares, uma professora de apoio, três professoras de expressões - musical e físico-motora, uma de inglês, duas monitoras de tempos livres e sete auxiliares que trabalham também com o 2.º ciclo, explica a coordenadora Ana Ferro. "O 1.º ciclo tenta dar continuidade ao trabalho que é desenvolvido na pré-primária", explica a também coordenadora Bárbara Ramires. "Em traços gerais, todas as salas funcionam da mesma maneira embora a implementação do modelo seja também feito de acordo com características pessoais. Nós somos uma espécie de pastor, que também tem de ajudar a fazer as escolhas certas".

Afirma que no 1.º ciclo não é tão fácil implementar a heterogeneidade já existente noutros níveis mas que tentam criar momentos em que as diferentes turmas se misturam e trabalham juntas. "Os projetos ciclo são isto: compostos por alunos do 1.º ao 4.º ano e há parcerias entre turmas. Trabalhar com as famílias é algo transversal a toda a escola. Trazem não só uma parte emocional e afetiva com tudo o que isto traz de bom para os nossos alunos mas também uma riqueza que nós não conseguimos doutra maneira: usar os saberes das várias profissões para os nossos trabalhos", afirma Bárbara. A coordenadora destaca que, para além de saberem expor assuntos, saberem ouvir é essencial num mundo em que pouco se sabe ouvir. "Estamos a lutar contra a maré. Estamos a fomentar que ouçam os outros e isso vai torná-los cidadãos melhores".

Já no 2.º ciclo, são 51 alunos e oito adultos: sete professores e um auxiliar. "Há cerca de dois anos, começámos a trabalhar com grupos verdadeiramente heterogéneos", explica a coordenadora Sandra Pina Pereira. "Queremos ter uma visão do 2.º ciclo não parcelada em anos mas como um percurso de dois anos em que alunos de 5.º e 6.º ano trabalham em conjunto na mesma sala. Temos 51 meninos divididos em duas salas porque fisicamente não conseguimos estar apenas numa sala. Mas o ideal seria isso. Ter um grande espaço em que se faz a articulação entre crianças com níveis de aprendizagem diferente. Nós conseguimos com esta pretensão organizar o horário com o currículo habitual das disciplinas e conseguimos trabalhar a transversalidade do currículo tendo na maior parte do tempo dois ou mais professores sala, o que se torna uma mais-valia clara".

## Espaço Educativo da Graça

Berçário, Creche, Pré-Escolar,  
1.º Ciclo, 2.º Ciclo, ATL

**Alunos:** 453

**Funcionários:** 52

Rua da Voz do Operario, 13, 1100-620 Lisboa

Horário de funcionamento: 08h00 às 19h30

Telefone: +351 218 862 155

E-mail: vozoperario@vozoperario.pt



## SOCIEDADE



A longa noite fascista terminou a 25 de abril de 1974

# Abril, a revolução do futuro

Quando às 00h20 da madrugada de 25 de abril de 1974 soou na rádio a canção Grândola, Vila Morena, boa parte dos portugueses dormia e não imaginava sequer que era aquela a última noite da mais longa ditadura da Europa. Sobretudo, quando no mês anterior um grupo de militares se havia insurgido nas Caldas da Rainha contra o regime e fora derrotado sem grande dificuldade.

## Bruno Amaral de Carvalho

No coração do Alentejo, em Campo Maior, Ana Salvado tinha oito anos quando a mãe entrou casa adentro: “Hugo, olha que há uma revolução”. O pai, que estava em casa proibido de dar aulas, não acreditou. “Esta mulher está maluca. Uma revolução? Está louca”. Depois foram para as ruas. “Não me lembro de nenhuma sensação de medo. Nós, os quatro filhos estávamos felizes, acho que era porque os víamos felizes”, confessa Ana à *A Voz do Operário*.

Do outro lado do país, no centro dos acontecimentos, em Lisboa, o pai de Fátima Rolo Duarte recebeu uma chamada durante a madrugada. Havia um levantamento militar. Com 15 anos, em frente às chaimites que passavam, viu pela primeira e única vez correrem lágrimas

pelo rosto de um homem que havia sido censurado várias vezes como jornalista e publicitário. “Saí de casa com o meu pai. Fomos os dois dar um giro pela cidade. A minha mãe não quis ir e ficou com o meu irmão mais novo, o Pedro. Eu achava que íamos ver tiroteios mas o que vimos foi multidões de pessoas felizes com calças à boca de sino”, descreve Fátima.

### Afogados em miséria

Para trás, ficava meio século de opressão e muita miséria. Nos anos 70, 25% dos portugueses não sabia ler. Até metade do século XX, 50% das raparigas nunca haviam entrado numa sala de aula, assim como 30% dos rapazes. Portugal era miserável. A taxa de mortalidade, situava-se nos 37,9%, apenas 47% das casas tinha água canalizada, 58% tinha esgotos e 63% tinha electricidade. Era o país onde

era comum as crianças caminharem descalças, fosse verão ou inverno.

Para Ana, das coisas mais importantes que viveu com a revolução, foi aquilo de que se foi apercebendo com a reforma agrária. “A miséria, a cara escura e triste das pessoas que mal sobreviviam no campo começou a iluminar-se. Parecia que já não havia tanta tristeza”, afirma. “Eu vivia aqui, no Alentejo perdido e miserável. A minha família era de latifundiários mas o meu pai resolveu ser a ovelha negra e tudo mudou nesta casa. Ele saiu para estudar em Évora e trouxe de lá a minha mãe, também professora”.

Daquilo que se lembra em relação às mulheres, antes do 25 de Abril, é que estavam “sempre a chorar”. Pelos filhos que iam para África para a guerra, “mulheres vestidas de preto, com um lenço agarrado à mão, para limparem as lágrimas”. A mãe costumava dizer-lhe que

era a primeira mulher a ir ao café. “Era o café da vila onde o meu pai me levava. Os homens juntavam-se lá; agricultores e trabalhadores: a praça da jorna. Lembrome de coisas como esta: fulano matou-se porque não foi escolhido na jorna, ficou humilhado, não tem como dar de comer aos filhos”.

Para Fátima, a história familiar recolhe o peso da ditadura. Tanto o pai como a mãe eram filhos de militares. O pai filho de aviador e a mãe de marinheiro. Os dois acabaram deportados em Timor e ambos morreram anos mais tarde de tuberculose.

### Um país que não era para mulheres

“O trabalho da mulher fora de casa desagrega este, separa os membros da família, torna-os um pouco estranhos uns



aos outros. Desaparece a vida em comum, sofre a obra educativa das crianças, diminui o número destas; e com o mau ou impossível funcionamento da economia doméstica, no arranque da casa, no preparo da alimentação, no vestuário, verifica-se uma perda importante, raramente materialmente recompensado pelo salário recebido”, afirmava António de Oliveira Salazar em 1935.

Em 1974, apenas 25% dos trabalhadores eram mulheres e apenas 19% trabalhavam fora de casa. Geralmente, ganhavam menos 40% do que os homens que tinham o direito de proibir as esposas de trabalhar fora de casa. Aliás, se a mulher exercesse atividades lucrativas sem o consentimento do marido, este podia rescindir o contrato. Entre as bizarras impostas pelo fascismo às mulheres portuguesas estava o impedimento de exercerem a carreira militar, policial, diplomática e magistratura. Legalmente, professoras primárias, enfermeiras e hospedeiras de bordo tinham limitações no acesso ao casamento. O marido tinha o direito de abrir a correspondência da mulher que tampouco podia viajar para o estrangeiro sem a sua autorização e o código penal permitia ao marido matar a mulher em flagrante adultério, apenas com um desterro de seis meses.



A participação das mulheres na revolução foi preponderante

### Quando mandava o povo

A explosão popular que derrubou o fascismo e ousou construir um modelo alternativo de sociedade agitou a existência de um povo silenciado durante meio século e que protagonizou 500 dias de revolução. Ana Salvado não esconde a emoção que foi viver aqueles anos. “Começaram os problemas dos outros. Os que nos faziam mal. Por exemplo, numa família de latifundiários fascistas, que recebiam a visita frequente de Salazar, a tragédia começava. E reagiam como era de esperar: chantagem ameaças, etc. Literalmente, palavra por palavra, uma tia chegou a dizer-me: tu és a mais inteligente dos meus sobrinhos, por isso, tens que avisar toda a gente do que aí vem: os russos e comem as criancinhas. Por isso, cá em casa estávamos descansados, era a nossa revolução. E fomos, obviamente, deserdados”.

Fátima Rolo Duarte recorda que estudava no Liceu Camões numa turma exclusivamente feminina e que quando as aulas voltaram à escola ficou de pernas para o ar. “Entrávamos na secretaria para imprimir folhetos de propaganda sobre Reuniões Gerais de Alunos e Reuniões Gerais de Escola e as aulas eram interrompidas para que essas reuniões tivessem a participação dos alunos. E os professores tinham de aceitar, claro. O 1.º de Maio foi único e maravilhoso. Saímos todos, excepto

o meu irmão Pedro, e eu perdi-me dos meus pais mas andei feliz da vida entre as multidões”.

O processo revolucionário prosseguiu, aprofundou-se e a luta dos trabalhadores e das populações traduziu-se em avanços inimagináveis que acabaram plasmados nas páginas da Constituição da República Portuguesa, promulgada a 2 de abril de 1976: “A Revolução restituiu aos Portugueses os direitos e liberdades fundamentais. No exercício destes direitos e liberdades, os legítimos representantes do povo reúnem-se para elaborar uma Constituição que corresponde às aspirações do país. A Assembleia Constituinte afirma a decisão do povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, de estabelecer os princípios basilares da democracia, de assegurar o primado do Estado de Direito democrático e de abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito da vontade do povo português, tendo em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno”.

### Abril na vida das pessoas

Fátima Rolo Duarte acabou por trocar o Liceu Camões pela Escola Artística António Arroio e seguir um caminho que não era habitual entre as mulheres. De-

pois de fugir de casa para estudar teatro em Évora e acabar na campanha de alfabetização numa cooperativa alentejana, acabou o curso de design gráfico. Nos campos do Alentejo, viveu os dias mais felizes da sua vida. “Durante muito tempo voltava à cooperativa e recebiam-me muito bem. Queriam que eu engordasse porque era muito magrinha”.

A ilustração do disco Segredo, de Amália Rodrigues, e do último de António Variações, Dar & Receber, foram trabalhos de Fátima. “A minha profissão não estava vedada a mulheres antes do 25 de Abril mas foi duro conseguir impor-me. Durante muito tempo fui a única mulher a fazer capas de discos e cartazes de espectáculos. Tive de esforçar-me mais do que todos para provar o meu valor”.

Hoje, Ana Salvado é psiquiatra. Conta que o pai abriu uma livraria cheia de obras de Urbano Tavares Rodrigues, José Saramago e Manuel da Fonseca e que ouviu a mãe dizer-lhe que já não precisava da autorização dele para ir a Badajoz. Foi nesta cidade espanhola que estudou medicina e nem por isso deixou de se envolver nas lutas estudantis no país vizinho. “Lá, aquela transição sem revolução ainda condicionava a mentalidade das pessoas. Ainda havia medo de tomar iniciativas. Eu e outro português tomámos as rédeas da luta universitária”.

Mas é no exercício de direitos que Ana sente a importância da revolução. Sobretudo, a conquista do direito ao divórcio com a lei aprovada a 27 de maio de 1975 no seguimento da concordata entre o Estado português e o Vaticano. Catorze meses depois de se ter casado, em 1987, deixou uma carta ao marido a dizer que se ia embora. “Neste processo todo, fiz comparações com a situação da minha mãe. Tudo o que fiz representou as conquistas de Abril: casei-me com quem quis, sem cerimónia religiosa e deixei-o quando me apeteceu, tive direito a isso. Divorciei-me quando quis”. Eu era um ser que sabia que o podia fazer, já a minha mãe não pôde. Só fazendo este paralelismo, sei que estas foram conquistas da revolução. Assim, não é em teoria que a revolução me libertou e fez de mim uma feminista. Por isso, digo sempre que o feminismo é contra todos os tipos de opressão. Lembro-me de várias mulheres que morreram por causa do aborto. Faziam-no em casa com arames, agulhas e ervas que metiam na vagina. - No ano em que se assinalam 45 anos da revolução, Ana afirma que as pessoas não se podem habituar. Agora, pode lutar-se. “Mas verdadeiramente só o fazemos, ou temos direito a fazê-lo, porque naquela madrugada, o povo saiu para a rua e disse o que queria fazer com aquele movimento militar”. —



ANA PATO

# “A luta antifascista tem de ser transversal”

Fundada em 1976, a União de Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP) reuniu um importante número de antifascistas que se bateram contra a ditadura durante décadas. Passados 43 anos, a organização sustenta a sua ação no combate às ideias reacionárias tendo como norte os princípios da revolução que derrubou o fascismo em 1974. Para Ana Pato, dirigente da URAP, não é possível ser-se antifascista hoje sem se defender Abril. Já o Coronel Baptista Alves assume que o repto da Associação Conquistas da Revolução é divulgar e defender os avanços e conquistas da revolução.



“Nem a democracia nem a liberdade são abstratas”

Bruno Amaral de Carvalho

## Como é que a URAP desenvolve a sua atividade no contexto atual?

A URAP, logo desde a fundação, nunca se viu como organização dos resistentes antifascistas que combateram durante o período da ditadura fascista. A URAP é a organização dos antifascistas ontem, hoje e no futuro. Com base no entendimento de que o combate antifascista não é um combate que visa as circunstâncias do passado mas também o combate real ao que se passa no presente. Isso reflecte-se quer na atividade, quer na composição e na ligação que se tenta fazer às camadas mais jovens.

## É possível desenvolver a luta antifascista hoje sem ter presente a revolução de Abril?

Eu creio que não. Ser-se antifascista, hoje, de forma consequente, não é possível sem ter em conta os valores de Abril. Há uma fusão. Transportar os valores da revolução passada não quer dizer que a via seja o do regresso ao passado porque isso não existe. Aquilo

que os valores de Abril nos ajudam a balizar é, por um lado o conteúdo concreto daquilo que nos querem retirar na nossa luta democrática, mas também as vias pelas quais pode ser necessário levar a cabo esta mesma luta democrática, sem ilusões face às benevolências do atual regime democrático.

## E como é que lêem a versão que as instituições, sobretudo, as escolas e universidades, apresentam do fascismo?

Estamos preocupados não só por insuficiência mas também por aquilo que não é dito, da forma como episódios maiores da nossa história nacional e internacional são tratados, não como tal mas como coisas com pouca importância. Além de se ocultar, os acontecimentos já vêm deturpados, branqueados, amenizados. Chamam ao fascismo Estado Novo ocultando e omitindo, quase, que foi um período de ditadura. Contribui-se para a ideia de que Salazar era um homem pobre, modesto, que pôs ordem nas finanças. Quando a URAP vai às escolas, e numa ação que é um trabalho de massas porque envolve milhares e é feito turma a turma, leva às salas ex-presos políticos que tratam o fascismo na primeira pessoa e põem não só os alunos a pensar sobre o assunto como, muitas vezes,

os próprios professores que em alguns casos já foram formados depois do 25 de Abril.

## Esse revisionismo histórico ajuda a que de certa forma a sociedade não esteja munida de ferramentas para não cair naquilo a que agora se chama populismo?

Sem dúvida. Se não se compreender aquilo que é o fascismo na sua essência dificilmente se consegue reconhecer os retrocessos que se vivem hoje, reconhecermos como retrocessos profundos aquilo que foi a retirada de muitas conquistas do 25 de Abril.

## É essa falta de reconhecimento que justifica que o fascismo esteja a voltar a ganhar espaço em alguns países?

Em grande medida mas não só. Hoje as pessoas entenderem como normal terem de pagar para estudar, terem acesso a serviços de saúde, trabalharem a recibos verdes sem direito a férias, não terem um horário de trabalho regulado vai sendo comum. As pessoas precisam de saber que é possível e já foi possível fazer de outra forma.

## Por vezes, de forma mais direta. A TVI deu espaço no seu canal a Mário Machado que organizou uma manifestação em homenagem a Salazar.

A URAP vê isso como inaceitável. Foi uma das organizações que endereçou um protesto à ERC em relação à entrevista na TVI. Agora, isto não chega e é bom que tenhamos isso em mente. Precisamos de protestar formalmente, recorrer a todos os instrumentos do Estado que estejam ao nosso alcance para a conquista e defesa dos direitos democráticos, mas tem de haver uma resposta transversal. Se o capitalismo atua transversalmente, a luta antifascista tem de ser necessariamente transversal porque nem a democracia nem a liberdade são abstratas. Estamos a falar do direito à saúde, do direito à educação, à habitação...se esses direitos são atacados também faz parte da luta antifascista intervir transversalmente nestas frentes.

## Não é perigoso tentar humanizar o fascismo?

Que a história não se repete da mesma maneira é um facto. O fascismo já não precisa de vir com o braço levantado ou com uma suástica. Há partidos verdadeira-



mente fascistas que vêm com aquela história de que os partidos são todos iguais, que o número de deputados na Assembleia da República é muito elevado e os seus membros aparecem bem vestidos, bem falantes e com um ar jovem e simpático.

### **E o que leva a que as pessoas adiram a estas ideias no mundo?**

As pessoas têm todas as razões para estarem descrentes em relação aos atuais governos, com as atuais políticas, que é como quem diz o atual regime. Têm todas as razões para estarem descontentes e descrentes. Esse descontentamento

é válido. Aqui a grande questão é que há políticas de direita levadas a cabo por partidos que não se dizem de direita, alguns dos quais até se dizem de esquerda. E, portanto, a grande questão que se coloca é como é que esse descontentamento e essa descrença vão conseguir resolver o problema, ou seja, que saída é que se lhes apresenta. Se é uma saída que vise a superação da atual situação e que mude efetivamente os regimes para os que favorecem a esmagadora maioria da classe trabalhadora ou se a saída vai ser o do reforço da extrema-direita que não vai resolver o seu problema. Aqui põe-se a questão do populismo, a apresentação de falsas soluções. O aproveitamento do descontentamento popular, com referências

a aspirações justas, para as aproveitar, não para as resolver mas para ser uma via de favorecimento da concentração do capital que é, no fundo, o responsável pela atual situação das desigualdades sociais.

### **O que é ser antifascista hoje?**

Perceber que a luta antifascista é específica e transversal. Eu estou a lutar pela democracia quando luto pelo transporte público. Uma pessoa sozinha não consegue fazer nada, daí a importância de se estar organizado. Acho que todas as pessoas que reconhecem a necessidade de lutar pelas conquistas democráticas devem juntar-se à URAP.

## BAPTISTA ALVES



“Portugal ainda é o país de Abril”

### **A pressão popular foi o motor do processo revolucionário?**

A partir do 11 de Março, há uma aceleração. Primeiro porque a derrota do Spínola dá condições para isso e por outro lado porque todo o boicote e toda a tentativa de criar problemas à revolução que foi feita, quer pelos capitalistas que abandonaram as empresas, quer por outras forças que não estavam interessadas na revolução, exigiram isso mesmo. Quando se fala, por exemplo, no controlo operário e na gestão das empresas pelos trabalhadores, os operários só começaram a controlar as empresas porque os capitalistas abandonaram as empresas, os trabalhadores não tiveram outra opção. Tiveram de tomar as rédeas das empresas para as fazer produzir, para garantir os postos de trabalho e a economia nacional.

### **Como é que isso se refletia na vida das pessoas?**

No IV Governo Constitucional, fui chamado a desempenhar funções de apoio ao Ministério da Habitação. Fui diretor do Serviço Ambulatório de Apoio Local (SAAL) que tinha como objetivo dar resposta às reivindicações das populações dos bairros de lata que queriam, obviamente, uma habitação condigna. Tive a oportunidade de verificar a importância e a força do movimento popular, assim como a criatividade e a força na procura de soluções para os seus problemas. As nossas

brigadas eram técnicas e iam para o terreno apoiar os moradores nas suas reivindicações. Era o primado do nosso trabalho. Não tínhamos, como hoje, a questão da rentabilidade, se a empresa ganha ou não ganha. Não estávamos preocupados com isso, o objetivo era que as pessoas tivessem casa.

### **Como é que olha para as respostas que hoje são dadas nesse âmbito?**

Acho que hoje não há sequer respostas. As situações graves são criadas pela ausência de resposta. Aquilo que nós tínhamos naquela altura era um défice de 700 mil habitações. Tínhamos praticamente um quarto da nossa população mal alojada e o país precisava de construir. A situação hoje não é essa. Nós temos habitações a mais e temos gente sem casa. Vasco Gonçalves dizia que enquanto houver casa sem gente, não pode haver gente sem casa. Se me dissessem que havia 700 mil habitações para distribuir naquela altura não tinha tido as dificuldades que tive em construir as habitações para quem de facto precisa de um teto. Hoje, as pessoas têm problemas por razões financeiras e por razões de negócio. Há pessoas que perdem a casa porque o patrão as despediu ou porque, por uma razão de saúde, teve de deixar de trabalhar. Se hoje tivéssemos o espírito revolucionário que tínhamos na altura, este problema da habitação não existia e a existir teríamos uma solução extremamente fácil.

### **O processo da adesão à CEE foi fundamental para a contra-revolução?**

A entrada para a comunidade foi uma medida política que teve como objetivo travar o movimento popular, o movimento reivindicativo, travar a revolução. Fomos integrados num mercado comum com debilidades económicas muito fortes, portanto, a nossa economia perdeu e muito com a integração europeia. Grande parte das medidas económicas passaram a ser tomadas em Bruxelas e não em Lisboa. Não foi uma boa solução para nós, teve como objetivo deixar-nos amarrados a uma entidade supranacional no sentido de evitar qualquer habilidade de transformação social mais profunda na nossa sociedade e os resultados estão à vista. As consequências da integração na Europa são muito mais negativas do que a totalidade de fundos comunitários que vieram para nos convencer que estávamos a ter benefícios.

### **Sente que os problemas se solucionariam retomando o processo que foi interrompido?**

Eu penso e tenho a certeza. Por mais que nos tentem convencer do contrário, Portugal ainda é o país de Abril e a Constituição ainda é a de Abril. Quem está fora da lei são os que a desrespeitam, mas, apesar das revisões, ainda são os valores de Abril que lá estão.

### **Como é que a associação vê o perigo da cada vez maior propagação da extrema direita e de ideias que põem em causa os ideais democráticos?**

É uma evolução que associamos à crise do sistema internacional e à crise do capitalismo. Todos esses perigos se têm acentuado nos últimos tempos com particular incidência no cerco à Venezuela, no Brasil com a prisão de Lula da Silva e a eleição de Jair Bolsonaro. No panorama internacional as coisas começam a complicar-se muito pelo reaparecimento de uma linguagem fascista e xenófoba. E, portanto, o que nos interessa é desmascarar. A questão da emigração forçada que tem invadido a Europa, por exemplo. Não se explica este fenómeno sem se perceber que é consequência das guerras que os próprios europeus levaram aos países de onde essas pessoas estão a fugir. Bastava que os países que se vêem confrontados com esse problema tivessem a mesma atitude que Portugal teve no período revolucionário. Em 74, nós tínhamos perto de 8 milhões de habitantes e recebemos um milhão de retornados das ex-colónias. Um país pequeno foi capaz de absorver e integrar um milhão de pessoas. Foram recebidos como irmãos e era isso que a Europa devia estar a fazer em relação aos refugiados das guerras que os franceses, por exemplo, ajudaram a semear.



## FUTEBOL

## SAD: é tempo de mudar a lei

Rui Vasco Silva

Em Portugal, o contexto desportivo é fundamentalmente suportado, financiado e mantido pelo associativismo de base popular. Desde o final do século XIX, pessoas comuns juntaram-se para criarem associações desportivas, dedicadas a uma ou mais modalidades, que foram e ainda são o sustentáculo principal da formação de atletas e equipas desportivas, incluindo no âmbito das modalidades mais mediáticas, com destaque para o futebol.

Não é assim noutros países, onde as equipas privadas, detidas por famílias ou grupos económicos, são, desde há várias décadas, um fenómeno enraizado – ainda que crescentemente contestado – que estrutura a prática desportiva ao nível dos patamares competitivos mais elevados, mas foi e é assim em Portugal.

No final do século XX, a par de grandes alterações ao nível do enquadramento desportivo, económico e comercial do desporto em geral e do futebol em particular, foi votada e aprovada na AR uma lei que introduziu o conceito de “sociedade anónima desportiva” (SAD) e que abriu a possibilidade de participação de privados no “negócio” das equipas desportivas profissionais através dos clubes de topo do futebol nacional. Foi nessa altura que muitos dos principais emblemas do desporto nacional criaram SAD para as quais transferiram – de formas diferenciadas – uma parte importante do seu património e dos seus direitos (nomeadamente desportivos), não raras vezes sem avaliarem os riscos associados às transferências então realizadas. A constituição de SAD foi um dos passos mais decisivos no sentido de criar uma ruptura entre o âmbito associativo e o “negócio” associado ao futebol.

Sendo certo que na estrutura das SAD permanecem – com pesos diferenciados – os chamados “clubes fundadores” (apenas a “Algarve United” foi criada de raiz, revelando-se rapidamente inviável) é igualmente verda-



de que a gestão do futebol profissional se foi objectivamente afastando do quotidiano associativo dos clubes e dos interesses dos seus associados. As SAD de hoje são empresas (algumas das quais cotadas em bolsa) que têm no desporto profissional a sua “operação”, e cujo objectivo fundamental é de natureza financeira, mesmo quando este se opõe aos interesses associativos.

Hoje, as SAD existem da base ao topo da pirâmide do desporto e do futebol nacional. E se por um lado é verdade que todas as equipas nas ligas profissionais de futebol são obrigadas por via da lei a constituir SAD ou SDUQ para poderem competir, é igualmente verdade que existem SAD em actividade nas competições amadoras tuteladas pela FPF e pelas associações distritais. O mesmo se

passa no contexto das modalidades ditas “amadoras”, que incluem nos seus quadros competitivos SAD com ou sem participação de instituições públicas. Clubes como o ABC de Braga, no Campeonato Andebol 1, ou o CAB Madeira SAD, na Liga de Basquetebol.

Esta nova realidade introduz distorções no plano competitivo e vem enfraquecer consideravelmente a componente associativa neste contexto. O associativismo parece cada vez mais destinado a suportar a actividade onerosa da formação desportiva de base, deixando para clubes-empresa (boa parte dos quais a caminho da constituição de SAD) as actividades mais lucrativas e mediaticamente relevantes, que geram enriquecimento ou simplesmente maior poder aos seus protagonistas.

A história já provou que a lei das SAD não protege os “clubes fundadores”. Pelo contrário, revela-se ineficaz relativamente à entrada de capitais privados nos clubes e incapaz de punir todos os múltiplos incumprimentos de que clubes que perderam posição maioritária nas SAD que criaram se queixam. É por isso tempo de encarar com coragem esta questão, procurando proteger os clubes na relação desigual entre associativismo e “investidores”.

Nas competições profissionais alemãs existe a chamada regra 50+1, que exige aos clubes deterem a maioria do capital social das SAD. E em Espanha, onde se disputam duas das mais milionárias ligas do mundo, discute-se a possibilidade de ser eliminada a lei que obriga os clubes a criarem SAD para poderem competir na “La Liga” e na “ACB”, de basquetebol.

Este é, pois, o momento de se travar a crescente destruição de clubes centenários em Portugal, devolver os clubes e o desporto aos seus associados e adoptar medidas de fiscalização que impeçam emblemas históricos de se transformarem em veículos de negócios que não têm qualquer relação com o desporto e com a paixão associativa que liga milhões de portugueses aos seus clubes de coração.



## ...casas e violência

Em latim *domus* significa casa e qualquer tesouro associa a palavra à ideia de família, interior, segurança e paz. Dela deriva na nossa língua o vocábulo doméstica(o) e os tempos modernos ligam-na, infelizmente, ao termo violência:

violência-doméstica

“Paz, Pão, Habitação!” foi refrão cantado com entu-

siasmo na Revolução de Abril, enquanto se continuava a dizer que “casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão”. Hoje em Portugal, quando estão garantidos na generalidade o Pão e a Paz Pública, fraqueja naquela trempe o apoio à Paz-doméstica e aí a casa como invólucro da vida familiar tem evidente importância.

A rigidez atual do mercado imobiliário, a avassaladora presença da compra por empréstimo bancário, o exorbitante custo do aluguer, a dependência económica de alguns membros da família em relação a outros impede muitas vezes a separação pacífica e impõe a coabitação forçada.

O olhar que as ciências do comportamento humano lançaram no pós-guerra sobre o problema do alojamento para o maior número apontavam para o limite de 9m<sup>2</sup> de área útil por habitante como o mínimo, a linha vermelha a partir da qual é de prever um clima conflitual permanente entre os que são obrigados a viver juntos.

As assimetrias do mercado (grande oferta de casas a preços especulativos e pequena ou nula oferta de

casas com dimensões adequadas ao orçamento familiar) conduzem à reduzida mobilidade, à compra de uma casa para toda a vida e ao eventual surgimento de um fenómeno social grave por resultar em casais desavindos a viver em conflito com repercussões no desenvolvimento intelectual e social dos filhos e, em casos extremos dramáticos, sem que haja possibilidade de separação sem conflito.

O Homem, como qualquer outro animal, exige território.

É verdade que a agressividade se encastra nas estruturas mentais de cada um e da sociedade, nos comportamentos aditivos, no trabalho estável ou na precariedade, nos sentimentos de segurança ou de insegurança.

Também é sabido que entre nós o fenómeno corta transversalmente a sociedade e está presente em todos os estratos socioculturais. Mas também é verdade que o drama, os protagonistas e os cenários são bem mais chocantes e violentos no tugúrio, na casa aca-nhada e na “sub-urbia”. Aí estará bem presente o problema da habitação.



## Transportes públicos



## Onde está a oferta?

Finalmente, após vários anos de insistência permanente, foram aprovados os novos passes para as Áreas Metropolitanas.

Aqueles que se lhe opuseram, chumbando propostas nesse sentido na Assembleia da República, finalmente cederam e até aparecem publicamente como se o passado não existisse.

É certo que conseguiram o cofinanciamento das autarquias, modalidade que o futuro dirá qual a sua evolução.

A medida é extremamente positiva por aliviar os orçamentos familiares de uma despesa que mais não é do que uma redução no salário, pois na grande parte do uso do transporte a função é laboral, isto é, colocar a mão de obra em condições de ser utilizada e posteriormente trazê-la de regresso a casa para readquirir a força de trabalho.

É anunciado que o objetivo é ambientalista, pois visa retirar da estrada viaturas que diariamente satisfazem as deslocações pendulares.

Aqui é que o sistema encalha.

Para que as pessoas que se deslocam em transporte individual passem a utilizar o transporte público é necessário que o possam fazer com um mínimo de conforto e segurança, o que implica uma oferta superior à existente na grande maioria dos operadores, o que não está a acontecer.

Na Carris, finalmente começaram a receber os novos autocarros, mas para já apenas têm substituído os antigos, ou seja, não há aumento de oferta.

Na CP, onde as supressões de circulações são diárias, novas encomendas para o tipo de serviço pretendido nem sequer estão anunciadas, a EMEF, empresa da CP que faz a reparação e manutenção do material circulante, pela primeira vez está abaixo dos 1000 trabalhadores.

As consequências da falta de pessoal na EMEF, foram reconhecidas pelo Presidente da CP numa audição na Assembleia da República, como uma das principais razões das imobilizações de material circulante.

No Metropolitano, a situação das alcunhadas “perturbações”, a que se juntam intervalos entre comboios inaceitáveis, nomeadamente nas horas de ponta, nenhuma medida é tomada.

As fugas para a frente, essas sim. Apesar da contestação de técnicos e utentes à chamada linha circular, as sondagens no atual quartel dos bombeiros municipais da D. Carlos, já estão em curso.

A FERTAGUS, segundo a primeira página de um jornal diário, diz ser necessário apostar na renovação da frota.

De acordo, mas já agora lembrar que aquela empresa não tem nenhum comboio. São todos do Estado, pagos pela CP.

Rego Mendes

## MOBILIDADE



Medida substitui 700 passes inter modais e sociais distintos por apenas duas modalidades

# Decisão histórica: redução nas tarifas dos passes

Começou no dia das mentiras, mas é verdade. Estão em vigor os novos passes e tarifas que englobam todos os transportes públicos dos 18 concelhos que compõem a Área Metropolitana de Lisboa (AML) naquilo que já é considerado o maior avanço na mobilidade urbana desde 1976. A partir de agora, os utentes passam a poder deslocar-se de forma ilimitada entre os vários municípios com um único passe com o valor de 40 euros mensais e dentro de um único município por 30 euros. Para além destes dois passes, a partir de julho, cada família vai poder pagar num único título de transporte - com o número de passes correspondente ao agregado familiar - o máximo de 80 euros. Também os reformados e pensionistas vão ter um título próprio no valor de 20 euros, válido para toda a AML, sendo que continuam a existir passes municipais com valor reduzido, como o Navegante Urbano, em Lisboa, com o custo mensal de 14,70 euros. Um utente de Cascais que antes pagava um passe de 72 euros para utilizar o comboio e o metro para chegar a Lisboa, passa a pagar 40 euros poupando 32 euros por mês e ainda pode diversificar a sua utilização recorrendo à Scotturb e à Carris. Os utentes que se queiram deslocar de Setúbal até Lisboa e que pagavam mensalmente 150 euros pelo passe que englobava a utilização da Fertagus e do metro, passam a pagar 40 euros poupando 110 euros mensais.

A redução de tarifas e o alargamento geográfico dos passes sociais eram uma reivindicação de décadas das comissões de utentes que celebraram a cedência do governo a esta exigência histórica que deixam, contudo, um alerta. À Agência Lusa, Cecília Meireles, da Comissão de Utentes de Transportes Públicos, referiu que a “revolução nos transportes vai provocar uma maior afluência de pessoas”, já que muitos utentes que não tinham passe, porque “era muito caro”, vão agora comprá-lo. Por isso, a comissão defende que sejam criados postos de informação e atendimento em todos os terminais de transporte da cidade de Lisboa, “em horários alargados e com capa-

cidade de receber e entregar o cartão Lisboa Viva”.

Anabela Carvalheira, da Federação dos Sindicatos de Transportes e Comunicações, considera que, “do ponto de vista dos utentes, é uma excelente medida”. No entanto, alertou para o facto de os trabalhadores virem a ter uma “sobrecarga de trabalho, tanto no público, como no privado”, pelo expectável aumento da procura dos transportes. “Ninguém tem a certeza quais os transportes que vão ficar mais sobrecarregados, sendo que a única certeza é que vai aumentar a necessidade de oferta de transporte público”, uma expectativa confirmada pelo *Diário de Notícias* que noticiou que os pedidos online dos passes para a AML aumentaram 50% nos últimos dias de março.

Incluída no Orçamento do Estado, a medida havia sofrido críticas do PSD e do CDS-PP que a consideraram “eleitoralista”. No anúncio da decisão, o governo liderado por António Costa procurou reivindicar a paternidade da iniciativa, apesar de o seu partido ter chumbado no ano anterior, na Assembleia da República, uma proposta semelhante da autoria do PCP que também recebeu os votos contra do PSD e CDS-PP, a abstenção do BE e luz verde do PEV e PAN.

Esta medida vai abranger também outras 21 comunidades intermunicipais do país, com 85% da população a ser beneficiada pela redução de preços. Na Área Metropolitana do Porto, já em vigor, o passe assume as mesmas características que em Lisboa e atinge 17 concelhos.

## NAVEGANTE

O passe metropolitano será válido nos 18 concelhos da AML, integrada pelos municípios de Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira.



## ECONOMIA

# A Banca ao serviço de quem?



Desde 2008 foram destinados mais de 17 mil milhões de euros do OE a “tapar buracos” nos bancos

**Tiago Cunha**  
Economista

As notícias sucedem-se. Mais umas centenas de milhões de euros para um banco. Ano após ano, já nada é novo neste “fenómeno” de absorção de recursos que tanta falta fazem a áreas centrais ao desenvolvimento do País e à qualidade de vida dos que cá trabalham e habitam.

Desde 2008, foram mais de 17 mil milhões de euros que desapareceram do Orçamento do Estado para tapar os buracos dos banqueiros. Dinheiro dos contribuintes desviado para segurar um sistema financeiro que, cada vez mais afastado da missão de canalizar poupança para o investimento, funciona como sorvedouro da riqueza, instrumento da acumulação e placa giratória que perpetua os interesses dos poucos que muito têm.

Dinheiro que o Estado arrecada essencialmente por via de impostos sobre os rendimentos do trabalho e que serve para manter viva a roda da especulação, numa opção dos sucessivos governos PS, PSD e CDS de privilegiar os grandes accionistas, hoje maioritariamente estrangeiros.

Obrigados a intervir na generalidade das instituições financeiras, PS, PSD e CDS, fazem-no sempre com um propósito claro: socializar os prejuízos e reprivatizar tão rápido quanto possível as entidades intervencionadas.

De resto, muito pouco (e nada de substancial) mudou. Aumentaram certas obrigações financeiras que os bancos garantem à custa do encerramento de balcões e dos despedimentos em massa, da subida das comissões que cobram e através da transformação de serviços, que antes eram gratuitos, em produtos pagos. As micro e pequenas empresas não têm acesso ao crédito e as médias só acedem em condições muito desfavoráveis. Às famílias são impostos, quando é concedida a benes-

se de um crédito, *spreads* proibitivos.

Em todo este processo a retórica também não muda. É sempre garantido que os contribuintes serão poupados, que nem um cêntimo seu será gasto. Juras que o Tribunal de Contas se encarrega de desmentir e cada um de nós percebe no investimento que falta na Escola Pública, no Serviço Nacional de Saúde ou na Cultura. O próprio Fundo de Resolução, um dos veículos criados para drenar verbas no apoio à banca, é sustentado maioritariamente por dinheiros públicos, num contexto em que a banca privada assume como grande desígnio o regresso à normalidade com a distribuição dos lucros aos detentores de capital.

Com as verbas esbanjadas, com os 17 mil milhões de euros, o Estado português poderia ter feito mais, melhor e diferente: poderia assumir um papel determinante no sistema financeiro, colocando-o ao serviço do País e como alavanca da dinamização da produção nacional; poderia ter posto um ponto final na gestão privada que, longe da excelência com que outrora era apresentada, se confirma agora como aquilo que é – a raposa dentro do galinheiro, que usa a banca para distribuir dividendos em barda e para se atribuir empréstimos de milhões que logo se convertem em imparidades, nome pomposo para o que comumente conhecemos por calote.

Nesta, como em outras matérias, a verdadeira questão que se coloca não está no campo das inevitabilidades ou de um caminho único, mas sim no plano das opções. Trata-se de fazer escolhas. De escolher entre o desenvolvimento do País e a melhoria das condições da maioria, ou o favorecimento da meia dúzia que vive da especulação quando os ventos sopram a favor e recorre ao Estado sempre que a coisa dá para o torto.

Há 44 anos, perante a chantagem e sabotagem, a solução passou por afastar o sector financeiro da lógica dos interesses privados. É tempo de o voltar a resgatar!

A VOZ  
dos livros



**Subversiva Liturgia das Mãos,  
de Fernando Fitas**

Não sei, como Fernando Fitas titula, num grito que diz da substância libertária que só a voz poética transporta, se existe ainda, nos dias avaros que vivemos, uma *Subversiva Liturgia das Mãos*, que é, para além da sua carga simbólica e desafiadora, um belíssimo título. Não sei se vivemos um tempo em que a poesia se expõe modo transgressor, alerta, desafio e combate.

Os poetas são gente resistente, sonhadores de utopias, mesmo no território insano da distopia que corrói os imaginários mais férteis, que poderão de novo consumir emoções, deslumbres e memórias, sabendo, como nos diz Fernando Fitas, caracterizando em duas levas de palavras o seu chão alentejano, que *As memórias antigas são uma casa branca/onde habitam pequenas coisas, feitas de muitas cores,/como uma barra azul emergindo do chão/para acolher o sol, logo à entrada;* um tempo em que regressarão aos itinerários da chuva, a soletrar as estrelas, ao lugar secreto, inviolável, da nossa humanidade, esse longínquo bosque da infância: *Lemos no frio da pedra os nomes dos que amamos/confiando ao silêncio os domínios da fala.* Então, sim, estarão os versos nesse território efémero e líquido, que *não deixará fechar a porta dos afectos, os segredos, a sede,/os destroços de azul, os vestígios de voz, porque Há búzios habitando gargantas de silêncio no fundo das marés.*

Neste novo livro de Fernando Fitas, que ostenta um prémio que liga a nossa fala à dos nossos irmãos galegos, que a modela e amplia, desfaz fronteiras de suspeição e alheamento como só os poetas sabem fazer, o *Prémio de Poesia Cidade de Ourense, 2017*, o seu décimo livro de poemas, encontramos a voz recorrente do eu interior, esses fragmentos metafóricos da inconsistência do Ser, e nele o olhar nostálgico sobre esses enigmáticos lugares do sul, extenso e sensitivo olhar que nos devolve o sol, a infância, a descoberta das lonjuras, a magia da cal, o ar largo, belo e agreste do Alentejo, a existência, ora obsessivamente desejada, ora apenas intuída, ora indispensável como respirar, do outro e, num rasgo de subtil nostalgia, a casa, os pássaros, a monódia dos limites fronteiriços do Alentejo profundo: *Aqui estaremos sempre para guardar a luz/urdidia com delírios de musgo, de silêncio/e soluços de fome soltando-se das águas.*

*Fernando Fitas, Subversiva Liturgia das Mãos, Prémio de Poesia Cidade de Ourense, 2017 – Ed. Academia de Cultura e Solidariedade Ramiro Freitas.*

**Domingos Lobo**



SOCIEDADE

# Celebrar Abril com a força de Maio



A 25 de abril e 1 de maio realizam-se os anuais desfiles de comemoração da revolução e da luta dos trabalhadores

No ano em que a revolução comemora 45 anos, as ruas de Lisboa prometem aquecer. No dia 24 de abril, o Largo da Graça vai encher-se de crianças durante a tarde com música e animação. Às 19 horas, arranca um desfile que parte de Sapadores rumo à Praça Paiva Couceiro onde, a partir das 20 horas, se concentram as celebrações noturnas do dia em que os militares e o povo puseram fim à mais longa ditadura da Europa. É no dia 25 de abril, a partir das 14h30, que a Avenida da Liberdade se volta a encher de mulheres e homens comprometidos com a revolução e os seus avanços.

As muitas lutas que se têm travado nos últimos meses por melhores condições de vida e trabalho confluem na manifestação convocada pela CGTP para o 1.º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador. Com início no Martim Moniz, o habitual comício realiza-se na Alameda.

## Manifesto da comissão promotora das comemorações do 25 de abril da zona oriental de Lisboa

Comemora-se este ano o 45º aniversário da Revolução de Abril, quando o Movimento das Forças Armadas iniciou o processo de libertação e democratização do nosso país. Houve uma imediata adesão do povo, assim livrando Portugal do fascismo. Um processo cujo apogeu viria a ser a publicação, em 1976, da Constituição da República Portuguesa, elogiada como uma das mais progressistas em todo o mundo, e que, à cabeça, consagrou como fundamentais as liberdades de expressão, de reunião e de manifestação.

Antes de 25 de Abril de 1974 estas liberdades não existiam. É pois fundamental passar às gerações presentes e futuras que o fascismo existiu em Portugal e que é necessário defender hoje, amanhã e sempre, a Liberdade e a Democracia. É fundamental sublinhar que

a Democracia tem de ser defendida, que tem de se lutar por ela diariamente, pois está sempre sob o ataque cerrado de neofascistas e populistas que aproveitam os seus direitos democráticos, para tentar minar, precisamente, a Democracia e a Liberdade.

O Liberalismo que agrava as desigualdades e alimenta o populismo, leva a que estes se instalem no poder, cerceando as liberdades e os direitos dos trabalhadores e população em geral. Senão veja-se o exemplo da Itália, da Hungria, da Polónia ou da Ucrânia na Europa, ou ainda, de Trump nos EUA (Estados Unidos da América) e Bolsonaro no Brasil.

As evidências estão aí, encapotadas de ‘novas tendências’ pelos órgãos de comunicação social, públicos e privados, cuja esmagadora maioria aliena e promove a ignorância sobre o que realmente é importante para as pessoas. Em nome do chamado “jornalismo independente” são feitos ataques capciosos ao regime Democrático e aos valores de Abril. Promovem o individualismo e exploram a desgraça quotidiana, tentando ilibar os responsáveis que no passado desenvolveram políticas de direita. De forma impune e desrespeitando a Constituição, já há quem promova e entreviste líderes de extrema-direita, atacando as liberdades democráticas em nome dessa mesma liberdade.

Que o 45º aniversário do 25 de Abril também sirva para fazermos este alerta: por tudo isto há que defender a Democracia!

Nos últimos anos, defendendo os valores democráticos e os direitos dos trabalhadores e populações, foi possível estancar a ofensiva da direita, apostada num ajuste de contas com o 25 de Abril e suas conquistas.

Mas ainda não se reverteram todas as malfetorias realizadas pelas políticas de direita. A defesa da Democracia e das Liberdades fundamentais exige que este combate continue para que se cumpra Abril.

Defendendo a Democracia, defendemos o Serviço Nacional de Saúde, a Educação e o Ensino Públicos, a Cultura e o Desporto para todos, um Movimento Associativo Popular ativo e mobilizador, políticas de Habitação efetivas e condições de Trabalho dignas. Defendemos a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e do povo em geral, a reposição do direito à negociação coletiva, o fim da precariedade no emprego, uma mais justa distribuição da riqueza. Defendemos o fim das diferenças salariais e o fim das desigualdades entre homens e mulheres, pensões de reforma justas e o direito a envelhecer com dignidade. É isto que defendemos, quando defendemos a Democracia.

Por isso afirmamos:

**25 de Abril Sempre!  
Na defesa da Democracia e da Liberdade!  
Fascismo nunca mais!  
Viva o 25 de Abril**

10 MARÇO 1975

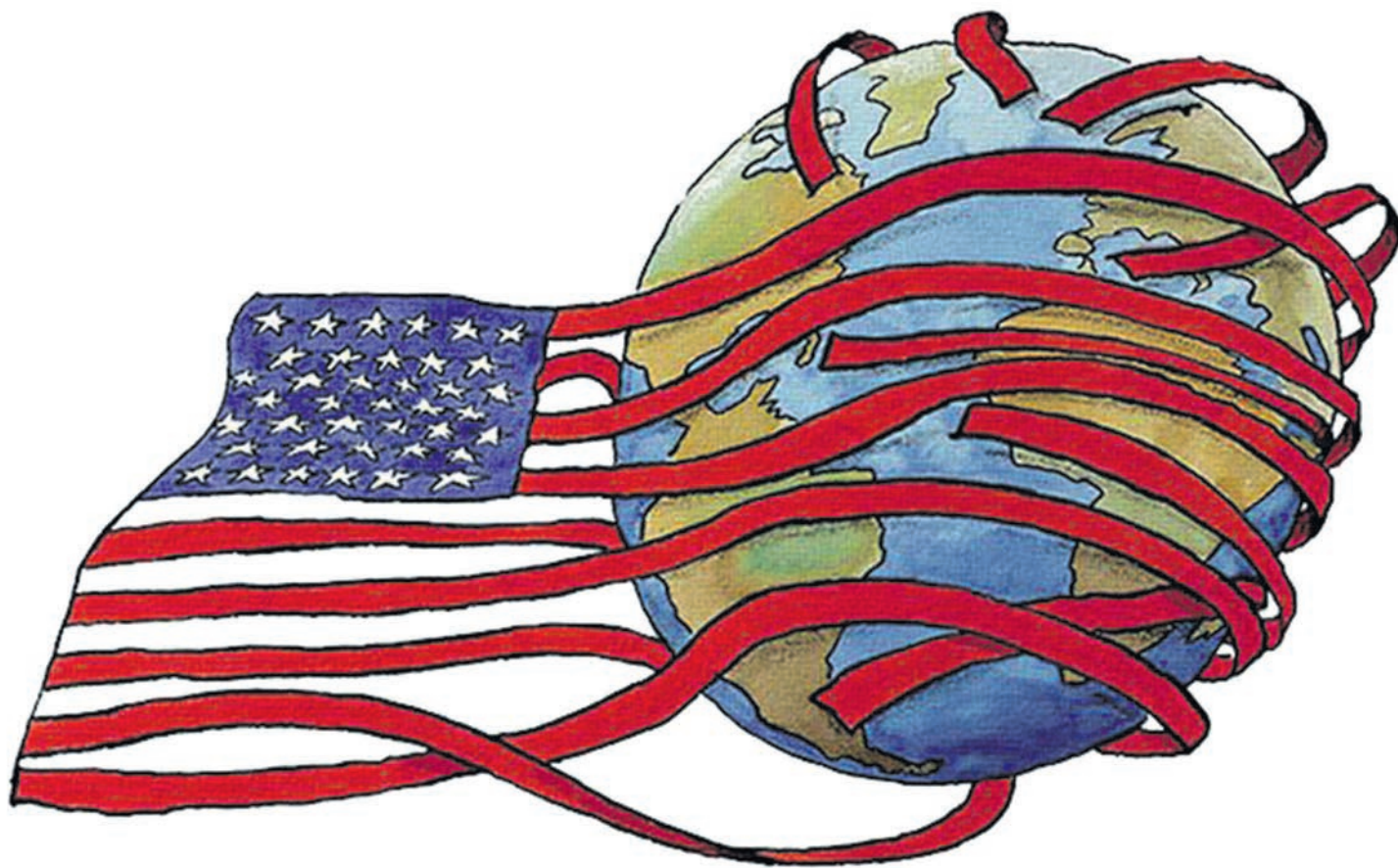
## Ameaça bombista n’A Voz do Operário

Em 10 de março de 1975, um dia antes da tentativa de golpe de Estado liderada pelo general António de Spínola contra o processo revolucionário desencadeado em abril do ano anterior, A Voz do Operário recebeu uma chamada anónima informando que daí a meia hora rebentaria uma bomba nas suas instalações. “Chegou a hora de calar A Voz do Operário”, foi assim que terminou o telefonema. As centenas de crianças que se encontravam dentro do edifício foram imediatamente evacuadas e a polícia revistou as instalações sem ter encontrado qualquer engenho explosivo. Esta ameaça inseriu-se na campanha de terrorismo e violência de extrema-direita que do norte a sul do país procurou criar um clima de alarme e insegurança social de forma a denegrir a jovem democracia e propiciar o regresso do fascismo a Portugal.





## EUA



# O bastão e a fala mansa, a história da Doutrina Monroe

António Santos

No mês passado, o conselheiro de Segurança Nacional dos EUA, John Bolton, declarou em entrevista à CNN que a Casa Branca «não tem medo de usar a frase [sic] “Doutrina Monroe”». Referindo-se aos esforços da administração Trump para derrubar os legítimos governos da Venezuela, da Nicarágua e de Cuba, que apelidou de «Troika da Tirania», Bolton explicou que estes países «estão no nosso hemisfério» ou, por outras palavras, no pátio traseiro dos EUA. Já no ano passado, o ex-secretário de Estado, Rex Tillerson, havia lembrado que «a Doutrina Monroe permanece tão actual hoje como há 200 anos». A actualização desta doutrina, que deve o

nome a um presidente quase esquecido há dois séculos mas que Trump despuadoradamente voltou a reclamar, contém os eixos fundamentais da política imperialista dos Estados Unidos para a América Latina.

A presidência de Monroe assistiu, entre 1817 e 1825, à efervescência das guerras de descolonização do continente americano que, em apenas oito anos, desembocaram na formação de 15 novas e precárias nações. A possibilidade da revanche espanhola, coordenada com a França e a Rússia, perigava portanto, antes mesmo do parto, as hipóteses dos EUA virem a ocupar o lugar deixado vago pelos europeus. Sob a pena de Quincy Adams, Monroe, formulou então uma proclamação moralmente anti-colonial e sub-repticiamente im-

perial, que ao condenar a ganância europeia afirmava a esfera de influência dos EUA sob todo o continente.

Mas a Doutrina Monroe só sairia do papel oitenta anos mais tarde. Só a partir de 1898 e da guerra hispano-americana, com a ocupação de Porto Rico e a instalação de governos-fantoches em Cuba e nas Filipinas, que os EUA se lançam à conquista do hemisfério. O infame «Corolário de Theodore Roosevelt» do início do século XX, faz uma importante adenda à política original: «a malfetoria generalizada, ou a impotência que resulte na quebra da sociedade civilizada, pode (...) exigir a intervenção de uma nação civilizada, e no Hemisfério Ocidental a adesão dos EUA à Doutrina Monroe pode forçar os EUA, embora relutantemen-

te, (...) ao exercício de polícia internacional». Já outros presidentes, como Franklin D. Roosevelt e a sua «Política do Bom Vizinho», renunciaria à intervenção militar directa em detrimento dos instrumentos económicos. Nas décadas seguintes, através de sucessivas reinterpretções e adendas, a Doutrina Monroe viria a confundir-se com a Doutrina Truman para, ao longo de todo o século XX, prestar espedeque teleológico a duas dezenas de golpes de Estado e outras duas dúzias de intervenções militares directas.

Nem sempre, contudo, foi necessário a força. Theodor Roosevelt descreveria um dia a Doutrina Monroe como a capacidade de atingir os objectivos económicos dos EUA «falando mansinho com um grande bastão no colo». Em anos mais recentes, quem fala manso é a Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e a Fundação Nacional da Democracia (NED), dedicados à promoção e financiamento de organizações políticas afinadas pelo diapasão de Washington. Um pouco por todo o continente ao longo do século XX, coube a estas organizações o saque dos recursos nacionais, a privatização dos respectivos aparelhos produtivos e o estabelecimento de relações comerciais altamente favoráveis aos EUA. São exemplo os infames «ajustes estruturais», os empréstimos do FMI, o Consenso de Washington e os ditames da NAFTA. Não bastando o «soft power», sobra o terrorismo da Escola das Américas, a Guerra às Drogas, o Plano Colômbia e a invasão.

Ao longo de toda a sua história de duzentos anos, a Doutrina Monroe constitui um exemplo de consenso bipartidário entre republicanos e democratas. Nunca discordando dos princípios da Doutrina, os dois grandes partidos dos EUA divergiram apenas quanto às tácticas e à retórica, ou seja, a proporção de «bastão» e «fala mansa». Até Obama que, falando manso, declarou o fim da Doutrina, encarregou-se de depor Zelaya, nas Honduras, apoiar o golpe contra Dilma, no Brasil, e preparar a ascensão de Macri, na Argentina.

É à luz desta continuidade histórica que se deve interpretar a publicidade da Casa Branca à Doutrina Monroe. Onde, há duzentos anos, se esgrimia «colonialismo europeu», hoje deve ler-se «democracia e direitos humanos». Mas reinterpretção de Trump e Bolton não passa apenas por mais «bastão» e menos «fala mansa»: pretende-se o endurecimento da hegemonia política e económica, mais à medida de Theodore Roosevelt e menos à semelhança de Franklin Roosevelt, para deter a concorrência económica da China num continente que ainda absorve 42% de todas as exportações estado-unidenses.



## CINEMA



Cineasta Agnès Varda

# Os olhares de Agnès

Lúcia Gomes

“Os meus filmes são aventuras mentais que faço para entender, e aceitar, o outro.” Agnès Varda tem uma carreira cinematográfica comprometida, consequente, não isenta de amores e ódios, mas que nunca deixou de assumir a função social da arte.

Os seus temas, as suas paixões, as suas causas transpunham-se para a tela, como poucos sabem fazer. As texturas, a imagem, a cor, os diálogos e as reflexões difíceis que não se enquadram na cultura pop dominante que abraça o cinema.

Réponses des Femmes - Notre Corps, Notre Sex, filmado em 1975 coloca muitas das questões que ainda em 2019 fazem correr rios de tinta: podem as mulheres envelhecer? É-lhes concedido esse direito? Podem ser cineastas? A própria, sobre a sua profissão, se interrogava se recebia prémios porque envelhecia, «como as batatas» (que pelo menos não sofrem) ou pelo seu trabalho.

O seu último filme que lhe valeu um Urso de Ouro de Carreira (...lá está, o reconhecimento é resultado do trabalho ou da antiguidade?), já era a morte anunciada do seu cinema. Nele endereça uma carta de despedida ao cinema, ao público, à Varda da juventude. Com sensação de dever cumprido, controlando até o final da vida, a narrativa a respeito de seu legado, por vezes chamado de ícone feminista, por vezes de burguesa privilegiada mas sempre sem receio da autocrítica. Talvez ela já soubesse do seu fim e assim se despediu da sua vida, do seu trabalho e escolheu partir de uma outra forma. *Varda, par Agnès*, ainda trouxe publicamente a afirmação de que *sempre estive à esquerda no espectro político, mas nunca numa esquerda oficial, de partido. [...] Não faço política nos meus filmes, mas o espírito deles é solidário, de estar do lado das mulheres e dos trabalhadores.* (Festival de Berlim, 13 de fevereiro de 2019)

Cléo e Le Bonheur, Salut les Cubains e Panteras Negras, Varda filmava pessoas, repetia os planos, olhava-as como se não existisse câmara pelo meio, fazendo lem-

brar a intimidade distópica de Nan Goldin. Mostra-as nas suas insuficiências, certezas, dúvidas, na sua militância, na sua história, na sua vulnerabilidade.

Aos 89, assina com o artista plástico, fotógrafo e muralista francês, de 34 anos, que se identifica pelas iniciais JR, *Olhares Lugares* como reflexo de um desejo documental que atravessa toda a obra de Varda, em que o par criativo se propõe encontrar Jean-Luc Godard, velho amigo de Varda e companheiro dos tempos heroicos da Nova Vaga francesa como repórteres de um país quase invisível na paisagem mediática, integrando sempre as suas vidas pessoais, expondo, uma vez mais, toda a vulnerabilidade do ser humano através das pessoas e povos longe das metrópoles e dos cimentos, rejeitando sempre padrões universais e ocidentais, celebrando, na tela, as diferenças que nos tornam tão únicos.

Abstenho-me de mencionar a extensa cinematografia de Varda, os inúmeros prémios (basta uma pesquisa simples para numeração sem atribuição de significância à sua arte), mas concluo, com Salomé Coelho (também ela cineasta), na sua reflexão sobre a ligação de Jacques Rancière com o cinema de Varda: o percurso pessoal de Varda, (...), esteve ligado a diversos movimentos de emancipação, tendo a cineasta realizado diversos filmes que centralizam questões relacionadas com crítica ao racismo ou a sistemas políticos e económicos opressores. No entanto, entendemos que, em Varda, a questão das relações de trabalho rasga o sensível e muda-o, por dar a ver as transformações do corpo perante e na ausência de trabalho, no desacelerar dos ritmos, na apropriação de espaços interditos. (...) As propostas teóricas de Rancière, em diálogo com novas visibilidades e inteligibilidades que Varda convoca e cria - no e com os filmes aqui analisados-, ao contornar a ordem policial, transforma este mapa de possibilidades: uma transformação que é estética e política. (in Jacques Rancière e Agnès Varda no intervalo entre cinema e política, Salomé Coelho, Março 2013).

E é essa transformação, pessoal e coletiva, que nos fica da filmografia de Agnès Varda. Sem etiquetas, prémios, exéquias. Fiquemos com o seu olhar.

## Sugestões culturais:

**Orlando e o Tambor Mágico**  
Alexandra Lucas Coelho



A escritora regressa com as aventuras infanto-juvenis de *Orlando*, um menino de 8 anos, que agora viaja com o pai até à Guiné-Bissau, onde descobrirá árvores falantes e tambores mágicos que delas “nascem”. Este segundo volume da série é inspirado numa viagem que a autora fez à Guiné-Bissau na altura da revolução do 25 de Abril.

**Fevereiroiros**  
Marco Debellian



O realizador Marco Debellian mergulhou na construção do carnaval de 2016 da escola de samba Estação Primeira de Mangueira, Rio de Janeiro - que viria a sagrar-se campeã - com um enredo inspirado em Maria Bethânia, incidindo particularmente na sua religiosidade peculiar, que encontra berço no mágico recôncavo baiano, de onde é natural a artista, e que o espectador é convidado a conhecer.

**Terror e Miséria**  
Teatro do Bairro, até 14 de abril



No regresso do Teatro do Bairro, o encenador António Pires, estreando-se na encenação de Brecht, recupera os textos que o dramaturgo alemão escreveu, já no exílio, a partir de testemunhos e notícias sobre a ascensão do nazismo na Alemanha. Em 17 cenas, espelham-se os efeitos do terror, da repressão e das várias caras do nazismo, no quotidiano do povo alemão.

**Vida Nova,**  
Manel Cruz



Depois de um interregno de sete anos, resultado de uma longa crise autoral e criativa, e em vésperas de regresso aos palcos dos *Ornatos Violeta*, o autor português está de volta com um álbum a solo: dedicou-se metodicamente à escrita de uma canção por dia, durante quatro meses: e nasceu *Vida Nova*.



## HISTÓRIA

# A Voz do Operário publicou a 1.<sup>a</sup> edição em português d'O Capital de Marx

Luis Carvalho  
Investigador

O dia 27 de Agosto de 1911 é uma data a reter na história do movimento operário em Portugal. Foi então que se iniciou a publicação em língua portuguesa do Livro 1 d'O *Capital* de Karl Marx, na versão resumida por Gabriel Deville, um destacado elemento do antigo Partido Operário Francês.

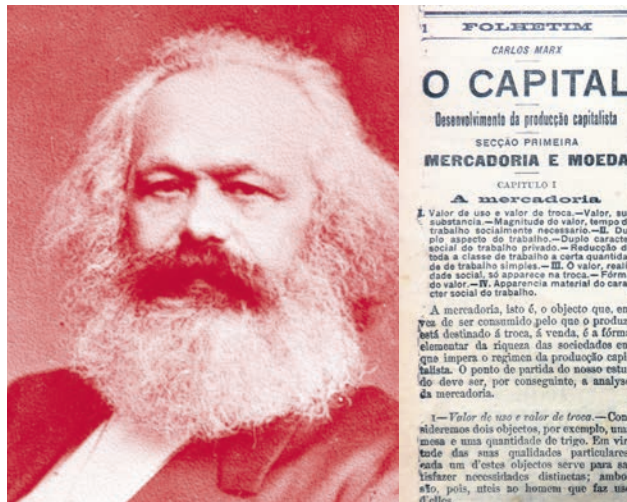
Aconteceu aqui, nas páginas d'A *Voz do Operário*, no formato de um folhetim semanal que ficou concluído em 21 de Abril de 1912.

Foi essa a primeira edição e porventura a maior até hoje, em língua portuguesa, pois este jornal tinha então uma tiragem de 52 mil exemplares.

Depois, em Agosto de 1912, é que surgiram em Lisboa duas outras edições d'O *Capital* de Marx resumido por Deville já no formato de livro, sob a responsabilidade de dois intelectuais republicanos e maçons, respectivamente Delfim Guimarães e Agostinho Fortes.

Esta primazia d'A *Voz do Operário* é de salientar pois tem sido ignorada em vários estudos que apenas mencionam as edições em livro de 1912, como *A introdução do Marxismo em Portugal*, de Alfredo Margarido (1975), "*O Capital em Portugal*", de Vital Moreira (1983) ou "*O marxismo em Portugal no século XX*", de António Ventura (2000). Aliás, uma dessas edições em livro reproduziu a tradução que já tinha sido publicada n'A *Voz do Operário*.

O *Capital* de Marx é um conjunto de quatro volumosos livros, dos quais apenas o primeiro foi terminado e publicado pelo próprio Marx. Os restantes deixou-os na forma de rascunhos inacabados que vieram a ser editados depois da sua morte, por Friederich Engels e Karl Kautsky.



Esses quatro livros seriam apenas uma sexta parte do trabalho que Marx ambicionava produzir como análise da sociedade capitalista, focando não apenas o capital mas também a propriedade da terra, o trabalho assalariado, o Estado, o comércio externo e o mercado mundial.

O que *A Voz do Operário* publicou em 1911 e 1912 foi portanto apenas um resumo de uma parte da obra de Marx. Mas isso não apaga a primazia e o valor que tal iniciativa teve. Apenas em 1974 seria publicada em Portugal uma versão integral do Livro 1 d'O *Capital*.

Também não se trata de um facto isolado. Já anteriormente, em 1886/87, *A Voz do Operário* tinha publicado no mesmo formato o *Manifesto do Partido Comunista*, de Marx e Engels, reproduzindo a sua primeira tradução portuguesa originalmente publicada em 1873.

Este jornal teve assim um importante e pioneiro papel na divulgação do marxismo em Portugal.

## A Voz do Operário há 100 anos

### O resurgimento da Internacional

[...] Nunca, nos nossos modestos raciocínios, aqui ou n'outros locais, acreditámos na morte da Internacional Operaria, antes afirmávamos, com uma fé inquebrantável, que ella resurgiria mais forte ainda, e fortalecida com as crueis lições da experiencia, d'esse lodaçal immenso para onde o capitalismo desenfreado e a alta burguezia sem escrupulos, haviam arrastado a pobre humanidade.

A primeira Internacional succumbira, porque na celebre conferencia da Haya, Bakounine - o apóstolo da destruição, - insurgindo-se contra Marx - o apóstolo da organização operaria - semeára fundamente os elementos da discordia entre o proletariado internacional.

Mas pouco tempo depois e após as vicissitudes das grandes tempestades sociaes, nos alqueives do mundo operario e socialista, onde a semente da boa idéa germinára lentamente, começaram a surgir, plenos de seiva, os rebentos da segunda Internacional, já emfim expurgados dos elementos nocivos inoculados pelas phantasias do mundo utopico.

A segunda Internacional caminhou rapidamente, arregimentando as multidões operarias conscientes. As phalanges tornavam-se legiões. Nas grandes cathedraes do mundo socialista, pontificavam, á luz da razão e do livre exame, os missionarios do grande ideal, arrastando todo um mundo consciente que a breve trecho diria da sua justiça, impedindo que os governantes desencadeassem sobre a humanidade indefesa, a calamidade que o militarismo e o capitalismo vinham calculadamente preparando.

A catastrophe precipitou-se, porque a esses dois flagellos convinha isso aos seus desmedidos interesses.

[...] É o signal dos tempos que se vincula no destino dos povos. O mundo burguez vê, apavorado, que da grande carnificina que provocou ou não soube evitar, as multidões laboriosas sahiram mais fortes na sua crença, e mais conscias do seu valor no destino das sociedades.

É um novo poder que se levanta, pondo, perante o olhar dos dirigentes, o seu mandato imperativo. Não constitue um favor dos governantes a interferencia dos representantes do proletariado no destino das sociedades. É, antes, o resultado de uma força que se impõe, resultante da grande influencia que as multidões laboriosas tiveram na solução do criminoso conflicto que enodoou uma civilização, e do qual nenhuma responsabilidade lhes pôde ser assacada.

4 de maio de 1919



DECLARAÇÃO DE IRS 2018  
**AJUDAR ASSIM NÃO CUSTA**  
A VOZ DO OPERÁRIO

Através da sua **declaração de IRS**, os amigos d'A Voz podem consignar a favor desta 0,5% do valor que pagaram. Basta, no **campo 11**, assinalar a opção "Instituições Particulares de Solidariedade Social ou Pessoas Coletivas de Utilidade Pública" e preencher com o NIF d'A Voz do Operário **500 259 518**. O valor pago de IVA pode ser igualmente consignado, bastando para isso assinalar o campo respetivo.

Este apoio **não tem qualquer custo**, uma vez que a percentagem em causa diz respeito ao imposto já liquidado e que ficaria em poder do Estado.



A VOZ DO OPERÁRIO